

MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES ACERCA DA ESCOLA NORMAL DE JUIZ DE FORA

*Memories and representations about
Juiz de Fora normal school*

Delaine Gomes de Oliveira

RESUMO

O resgate da memória institucional é de fundamental importância como suporte para a análise da educação brasileira. Este artigo tem como finalidade contribuir para a história da educação regional retratando através de resultados de pesquisa a história e importância da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, seu percurso ao longo dos anos como instituição responsável pela formação dos profissionais da educação e, mais especificamente, as representações de ex-normalistas acerca do papel dessa escola na formação profissional. O período estudado foi desde a sua criação, em 1928, até 1968. O texto foi desenvolvido privilegiando num primeiro momento a reconstituição da história da instituição através de documentos oficiais e da literatura específica do período e em seguida a análise de entrevistas com ex-normalistas ressaltando suas memórias e representações na busca de resgatar os principais elementos constitutivos da história da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora.

Palavras chaves: Escola Normal - Representações - Memória

ABSTRACT

The preservation of institutional memories is paramount to support the analysis of the Brazilian education. This article, a contribution to the history of regional education, presents the results of a research into the history and importance of the Juiz de Fora Official Normal School, its long-lasting role in the formation of educators, and, more specifically, the former graduates' views about its role in their professional formation. The study covered the period from its creation in 1928 to 1968. The text was developed first with the reconstruction of the institutional history through analysis of official documents and specific literature of the period. Former graduates were then interviewed about their memories and representations in a search for the main elements making up the history of the Juiz de Fora Official Normal School.

Key-words : Normal School - Representations - Memory

* Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora de Sociologia, Sociologia da Educação e Filosofia da Educação dos Cursos de Pedagogia, Normal Superior e História das Faculdades Integradas de Cataguases. Contato: delainegomes@yahoo.com.br

O tema da formação de professores tem assumido um lugar central na discussão dos problemas da educação brasileira. O papel social do professor da escola fundamental vem sofrendo uma desvalorização sistemática ligada ao que se reconhece como o despreparo para a atividade docente.

Isso nos remete para a importância do resgate da identidade desses profissionais, sua formação, anseios e perspectivas.

Este artigo tem como objetivo retratar através de resultados de pesquisa a importância da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora como instituição responsável pela formação dos profissionais da educação e, mais especificamente, as representações de ex-normalistas acerca do papel dessa escola na sua formação profissional, tendo em vista a importância desse estabelecimento de ensino para a educação da cidade. Essa escola, hoje Instituto de Educação de Juiz de Fora, foi responsável durante setenta anos pela formação de professores, tornando-se uma instituição conceituada cuja memória merece ser resgatada e estudada.

Para tanto, será dada ênfase na história de tal instituição no período de 1928 a 1968 por caracterizar o tempo mais fecundo como o foram o das demais instituições que prepararam os docentes da escola fundamental no Brasil, já que, a partir de 1970, com a lei nº 5692/71, o curso normal começou a passar por transformações significativas em sua estrutura.

As primeiras Escolas Normais foram fundadas no século XIX, com o objetivo de habilitar mestres para o ensino primário, já que naquela época não existiam no Brasil cursos superiores destinados à formação dos professores.

A primeira Escola Normal do país foi criada em 1830, em Niterói, e depois várias outras foram criadas em diferentes capitais dos estados do país. Em Minas Gerais, especificamente, a primeira a ser criada foi em Ouro Preto, quando se exigia dos professores a ida à Escola Normal da então capital, para habilitarem-se no método de ensino adotado.

De um modo geral, a evolução do Ensino Normal foi lenta e por muitos anos limitada a oferecer ao professor uma formação a curto prazo. Até os primeiros cinquenta anos do Império, as Escolas Normais não possuíam ainda respaldo na educação brasileira. A partir da década de 20, a Escola Normal começa a sofrer transformações.

Surgem, nessa época, reformas em vários estados brasileiros, atingindo a Escola Primária e a Escola Normal, entre elas a realizada em São Paulo por Sampaio Dória em 1920; no Ceará por Lourenço Filho em 1923; na Bahia por Anísio Teixeira em 1925; em Minas Gerais por Francisco Campos em 1927; no Distrito Federal por Fernando de Azevedo em 1928 e em Pernambuco por Carneiro Leão em 1929. Ocorre também a Reforma de Anísio Teixeira no Distrito Federal em 1930 que, entre outras mudanças, transformou a Escola Normal do Distrito Federal em Instituto Estadual de Educação, o mesmo ocorrendo em São Paulo com a Reforma de Fernando de Azevedo em 1933 e em outros estados que progressivamente começam a adotar esse modelo.

No final dos anos 20, as Escolas Normais já haviam ampliado bastante a sua duração e o seu nível, possibilitando uma articulação com o curso secundário e alargando a formação profissional devido à introdução de disciplinas, princípios e práticas inspirados no escolanovismo e a atenção dada às escolas-modelo (Tanuri, 2000, p. 72).

Em Minas Gerais, a década de 20 foi marcada pela atuação do presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, e do secretário dos Negócios do Interior, Francisco Campos, destacando-se a atenção especial dada por eles à educação, principalmente sobre o Ensino Primário e o Ensino Normal. Criou-se a Universidade de Minas Gerais e quatro estabelecimentos de ensino secundário, além da promulgação da Reforma Francisco Campos, englobando os documentos do Regulamento do Ensino Primário, Regulamento do Ensino Normal, Programa do Ensino Primário, Programa do Ensino Normal e o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento.

Francisco Campos foi influenciado pela filosofia e pelas propostas pedagógicas da Escola Nova na elaboração da reforma que atingiu a Escola Primária e a Escola Normal, tendo como meta a renovação dos métodos e processos pedagógicos e o aprimoramento na formação dos professores de modo a torná-los aptos a conduzir a nova proposta educativa de uma escola ativa, útil, ligada às necessidades das crianças; livre, espontânea e formadora dos futuros cidadãos. (Moraes, 1999, p. 195).

Durante o governo Antônio Carlos, criou-se a Revista de Ensino, bibliotecas escolares espalharam-se pelo estado e fundou-se a Escola de Aperfeiçoamento, tornando-se importante centro de pesquisas e experimentação de novos métodos; promoveram-se vários congressos e cursos e houve o envio de professores mineiros aos Estados Unidos para estudos. Além disso, houve uma significativa

expansão na rede escolar estadual: entre 1926 a 1930 foram criadas mais de três mil unidades de ensino Primário e foram criadas vinte e uma Escolas Normais. (*ibid.*, p.196). Entre as Escolas Normais criadas nessa época, originou-se, em 1928, a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora.

Juiz de Fora ocupou uma posição singular no estado de Minas Gerais até 1930. Ao longo da história da cidade, Juiz de Fora ficou conhecida por duas denominações “Manchester de Mineira” e “Atenas de Minas”. Até a década de 20, a cidade foi apontada como o centro cultural do estado, seja pelo seu número de jornais e teatro, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais. “*Como cidade do século XIX, Juiz de Fora não participa da cultura colonial mineira. A proximidade e o maior intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro, assim como a luta política contra o domínio da Zona da Mineração, provocaram na cidade um maior cosmopolitismo, uma abertura mais acentuada se a compararmos com o antigo centro do ouro*” (Christo, 1994, p. 01).

Nos anos 20, a cidade possuía um significativo número de escolas, jornais, teatros e instituições culturais; além disso, ocorre a ampliação de pessoas letradas entre as camadas médias. A população constituía-se, nessa época, por cafeicultores, industriais, funcionários públicos, professores, comerciantes, jornalistas, profissionais liberais e operários. Além disso, o aumento do número de instituições de ensino entre as camadas médias da sociedade amplia a população letrada da cidade. “*Não são apenas os profissionais da Manchester que entram em cena, tal qual nos principais centros urbanos, expande-se também o número de intelectuais dedicados à vida pública, às letras e à cultura, afetos ao jornalismo, à literatura, à discussão dos problemas existenciais e ao debate público sobre a natureza dos problemas nacionais*” (Yazbeck, 1999, p.154).

Nesse contexto, em 1928, surge uma Escola Normal em Juiz de Fora com o objetivo de formar os professores para o ensino primário. Uma escola que simbolizava a única opção reconhecida oficialmente para a formação de professores, pois, de acordo com o Regulamento da Escola Normal, “*somente as escolas oficiais teriam competência para ministrar o Curso Normal de segundo grau*” (Moraes, 1999, p. 196).

Em Juiz de Fora, a primeira Escola Normal foi criada em 1894, permanecendo até por volta de 1907. Em 1928, foi criada uma nova Escola Normal Oficial em Juiz de Fora, existindo até os dias atuais.

A Escola Normal Oficial de Juiz de fora

Pelo Decreto n.º 8.162 de 20 de janeiro de 1928, o presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, aprovou o regulamento, do ensino nas Escolas Normais. De acordo com esse regulamento, o ensino normal tinha como objetivo formar professores e demais pessoal técnico para o ensino primário do Estado, sendo ministrado em duas categorias de escolas: o de primeiro grau, a cargo da iniciativa particular com assistência e fiscalização do Estado, e o de segundo grau, sob responsabilidade do governo.

O artigo 2º, constante no título I, da parte I do Regulamento do Ensino Normal, publicado no órgão oficial do estado de Minas Gerais declarava que: “*As escolas do segundo grau serão oficiais e em número de sete, localizadas, respectivamente em Belo Horizonte, Juiz de Fora e em outras localidades a juízo do Governo*” (Minas Gerais, 21/01/1928).

A partir de então, foi criada a Escola Normal Oficial de Juiz de Fora. O Decreto n.º 8.245 de 18 de fevereiro de 1928, reforçava a sua criação anunciando que:

O Presidente do Estado de Minas Geraes, usando da atribuição que lhe confere o artigo 57, da Constituição, e de conformidade com o artigo 2º, do regulamento que baixou com o decreto n.º 8.162, de 20 de janeiro do corrente anno, resolve crear escolas normaes do primeiro gráo, em Dôres do Indaya, Paracatú, Santa Rita do Sapucahy, Itabira, Montes Claros, e Leopoldina, e do segundo gráo em Uberaba, mantidas nesta categoria as de Belo Horizonte, Juiz de Fóra e Ouro Fino, vigorando quando aos vencimentos do pessoal a tabella constante do artigo 1º, parágrafo 1º, n.º 17, da lei n.º 1.003, de 21 de setembro de 1927, relativa à Escola Normal da Capital, correndo as despesas por conta da verba n.º 15, do artigo, parágrafo e lei citados. Palácio da Presidência do Estado de Minas Geraes, em Belo Horizonte, 18 de fevereiro de 1928. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (Minas Gerais 19/02/1928).

No início de março de 1928, o *Jornal Gazeta Comercial* anunciava a vinda do presidente Antônio Carlos à cidade no dia 15 do corrente mês para a instalação da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora.

A Escola Normal era destinada somente a moças e, para estudar na escola elas deveriam fazer os exames de admissão, que naquele ano constava de provas de português e aritmética. Assim escrevia o jornal da cidade anunciando o começo dos exames: *"Iniciam-se depois de amanhã os exames de admissão ao curso preparatório da Escola Normal de Juiz de Fora, realizando-se às 8 horas da manhã a prova escrita de português e às 2 horas da tarde a prova escrita de aritmética(...)"* (*Jornal Gazeta Comercial*, 24/03/1928).

No dia 04 de abril de 1928 as matrículas foram encerradas, constando 220 alunas matriculadas entre os cursos de Adaptação, Preparatório e Aplicação.

O Curso de Adaptação era um curso complementar ao Curso Primário e se destinava ao preparo dos candidatos à matrícula no primeiro ano do Curso Preparatório. Tinha a duração de dois anos e, para cursá-lo, a aluna deveria ter idade mínima de onze anos ou o quarto ano primário completo. Faziam parte do curso as matérias de Português, Francês, Aritmética, Noções de História do Brasil e Educação Cívica, Geografia, Noções de Ciências Naturais, Desenho, Educação Física e Canto.

O Curso Preparatório era de duração de três anos, com idade mínima de treze anos, este destinava-se a ministrar a cultura geral indispensável à formação do magistério primário. Em sua grade curricular constava as matérias de Português, Aritmética, Geografia, Corografia do Brasil, Geometria e Desenho Linear, Desenho Figurado, História do Brasil e Educação Cívica, Física, Química, História Natural, Trabalhos Manuais e Modelagem, Música e Canto Oral e Educação Física.

Por outro lado, o Curso de Aplicação tinha como finalidade a formação profissional das aspirantes ao magistério primário, possuía a duração de dois anos e idade mínima de dezesseis anos. Somente era admitida a matrícula no curso de Aplicação as alunas que tivessem concluído o Curso Preparatório ou as que prestassem exames das matérias do Curso Preparatório. Faziam parte do curso as disciplinas de Psicologia Educacional, Biologia e Higiene, Metodologia, História da Civilização, História dos Métodos e Processos da Educação e Prática Profissional.

Durante o curso, as alunas deveriam apresentar palestras sobre temas escolhidos para os professores, sendo-lhes atribuída uma nota somada à prática profissional.

A prática profissional era feita durante os dois anos de curso e incluía ministrar aulas-modelo, aulas didáticas, preparo de lições e lições práticas.

Eram feitas provas escritas trimestralmente de línguas e ciências e um trabalho prático de Desenho, Música, Educação Física, Costura e Trabalhos Manuais, além das freqüentes argüições e exercícios recomendados nos programas.

Além disso, o artigo 118 do regulamento declarava que os alunos das Escolas Normais não poderiam repetir por mais de uma vez o mesmo ano escolar; não seria permitida a matrícula dos que perdessem a ano por motivos de reprovação em dois anos consecutivos. Assim como também seriam eliminados da matrícula os alunos que adquirissem moléstias ou defeitos físicos que os inabilitassem ao magistério.

A nomeação dos professores deveria ser precedida por concurso. O concurso deveria ser processado perante um júri constituído dos professores de Metodologia e de Psicologia Educacional, sob a presidência do diretor. O candidato deveria possuir diploma de normalista de 2º grau, idade entre vinte e cinco e quarenta anos; além disso, as cadeiras de Educação Física, Trabalhos Manuais e Modelagem só poderiam ser regidas por professoras.

Em 20 de dezembro de 1930, colou grau a primeira turma de normalistas tendo como paraninfo Mário Casassanta e como oradora a normalista Andréa Macedo Lemos.

Por volta de 1946, a Escola Normal abrigou a Faculdade de Filosofia e Letras. Parte do andar inferior do edifício da escola, foi cedida para o funcionamento da Faculdade que somente foi agregada à Universidade em 1962 (Yazbeck, 1999, p. 134-139).

Pela Lei n.º 343 de 29 de dezembro de 1948, foi criado o estabelecimento de ensino secundário noturno em Juiz de Fora; este foi instalado na Escola Normal e deveria ser gratuito, reservando-se as matrículas, exclusivamente, para filhos de operários de todas as categorias profissionais e de servidores públicos.

Pela lei Estadual n.º 812 de 22/06/65, o ensino normal, além das finalidades comuns a todo o ensino de grau médio passava a ter como objetivos formar, especializar e aperfeiçoar o pessoal docente destinado a ministrar o ensino primário e habilitar orientadores, técnicos de educação primária e administradores escolares, capacitando-os para atuar no campo da educação primária.

O curso teria duração de dois anos e, para se inscrever, o candidato deveria pelo menos possuir três anos de exercício no magistério público primário e o curso normal de 2º grau. Além disso, os candidatos só poderiam obter suas matrículas depois de serem julgados aptos por uma junta médica oficial e serem habilitados nas provas de seleção.

O Curso de Administração Escolar funcionou na Escola Normal até 1970, diplomando 223 orientadoras do ensino Primário e diretoras de Grupos Escolares.

Ainda em 1965, foi instalado também o Curso Colegial Normal Noturno, funcionando com os próprios professores que lecionavam pela manhã.

A escola foi a pioneira do estado de Minas Gerais a organizar a Semana da Normalista, a partir de 1961, uma vez ao ano uma comissão de professores organizava uma semana de atividades para as normalistas. Somente em 1964, pela portaria 133 a Semana da Normalista passou a ser obrigatória em todas as Escolas Normais do Estado.

Em 1972 foram concluídas as obras da “Escola Estadual Anexa ao Instituto de Educação de Juiz de Fora. Nessa escola cuja primeira diretora foi a professora Sofia de Alencar, ex-aluna formada pela Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, funcionavam as salas de primeira a quarta séries e o pré-escolar. Na verdade, junto ao decreto que criou a Escola Normal de Juiz de Fora, Lei n. 8162 de 20/01/1928, foram criadas também as Classes Primárias Anexas à Escola Normal; funcionavam cinco classes de primeira a quarta - série no andar térreo do prédio que abrigava o curso de preparação para o magistério. Em 1965, quando já a Escola Normal passou a ser Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora foi criado o Curso Infantil, ganhando a escola prédio próprio em 1972. Em 1974, de acordo com a publicação no Minas Gerais de 06/07/1974, a escola passou a ser denominada como Escola Estadual Anexa ao Instituto de Educação de Juiz de Fora, tendo sua organização própria com o quadro de professores, especialistas de Educação e demais funcionários (Arquivo da escola Estadual Anexa ao Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora).

Em 1985, pela Portaria n.º 115/85, foi criado na escola o Curso de Estudos Adicionais com Especialização em Pré-Escolar.

E em 1990, pelo decreto n.º 4406 de 07 de dezembro de 1990, o edifício da Escola Normal foi tombado como patrimônio histórico da cidade.

Até 1998, o Instituto de Educação de Juiz de Fora possuía o Curso de Magistério, formando sua última turma neste mesmo ano. Vários foram os profissionais da educação formados por essa instituição, tornando-se parte da história de pessoas que estudaram e passaram pela escola. “O Instituto já formou centenas de grandes professores, orientadores educacionais e diretores do primário e especialistas em pré-escolar. Teve sempre uma ótima equipe de diretores, professores e funcionários que a tornaram uma das maiores e melhores escolas da cidade e do estado” (Ferreira, 2000, p. 02).

Representações acerca da Escola Normal

Tecer a história da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora tornou-se muitas vezes uma tarefa difícil. Foi uma constante procura por documentos, atas, artigos, livros, jornais, revistas, fotos e fatos que pudessem contribuir com a pesquisa. Foram vários dias dedicados ao encontro com a história. Vasculhar os arquivos do Instituto de Educação de Juiz de Fora tornou-se um ato repleto de imprevistos e surpresas, mas já esperados, pois, segundo Mignot:

Inventariar um arquivo desvendando uma trajetória é uma tarefa que não se realiza sem sobressaltos, surpresas, imprevistos. O manusear de velhos papéis - fotos, cartas, bilhetinhos, textos inéditos, recortes de jornais, convida a um folhear ziguezagueante, enquanto se tenta colocar em ordem a desordem que é a vida. Guardados ao longo de anos, têm cheiro, cor, forma, textura, volume(...) (Mignot 1997, p. 39)

As idas ao velho sótão do Instituto de Educação, sombrio, escuro e empoeirado também fizeram parte do trabalho e, no meio da desordem, muitas vezes achar um começo, um referencial, uma ordem era coisa quase impossível. Muitos foram os documentos achados, jogados no meio do nada, em um canto de uma gaveta, de um armário, de um arquivo, de uma caixa ou até mesmo no chão como se não fizessem parte da escola, perdendo-se no descuido, na falta de interesse de se preservar a história.

A pesquisa dedicou-se ao levantamento através de documentos (atas, artigos, revistas, jornais) da história da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, mas, além da memória escrita, encontrada nesses documentos, buscou-se também a memória não escrita referente às recordações e representações de ex-normalistas e ex-funcionárias da escola, tentando resgatar momentos vividos por essas pessoas, os quais não foram encontrados nos documentos escritos, mas que também fizeram parte da escola. De acordo com Vieira *et al* (1989) *“Não só ao poeta, mas também a historiadores incumbe recuperar lágrimas e risos, desilusões e esperanças, fracassos e vitórias, fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, gozando as alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso das forças adversas.* (p.12).

Faz parte, portanto, deste estudo também o resgate, por meio de entrevistas, das recordações, das lembranças, das saudades e dos segredos guardados na memória de pessoas que passaram e fizeram parte da escola.

A memória do passado é algo valioso e, muitas vezes, tratada apenas como recordações sem importância de uma fase acabada. *“Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é se não for capaz de sair das determinações atuais(...). Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização seria uma imagem fugidia* (Bosi, 1994, p.81).

Para Bergson (*apud* Bossi, 1994) a memória permite a relação do presente com o passado, interferindo no processo atual das representações. *“Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e inovadora”*(p. 47).

De acordo com Vygostsky (*apud* Freitas M.T., 1998) a memória deve ser analisada numa perspectiva histórica, procurando compreendê-la, acompanhando o seu desenvolvimento no ser humano. Para ele, no desenvolvimento humano, o que muda em relação à memória são as relações interfuncionais; assim, nas crianças pequenas, o seu pensamento é definido pela memória que dela depende, pensar significa lembrar. Lembramos com o auxílio do pensamento conceptual, isto é, na base da memória lógica. *“Ao longo de nossas vidas, vamos sedimentando imagens que nos são dadas por nossa própria vivência, forjadas a partir daqueles que nos cercam e pelos encontros que a vida nos proporciona. O tempo não só é de um homem, o tempo é uma memória coletiva. Cada pessoa é apenas uma presença, um elo como nessa memória que vem de longe.* (p. 30).

Sendo o enfoque da pesquisa a história e o papel da Escola Normal de Juiz de Fora, no período correspondente de 1928 a 1968, foram realizadas 11 entrevistas incluindo ex-normalistas e ex-funcionárias da escola. Todas as entrevistas foram marcadas com antecedência e aconteceram em diferentes locais: às vezes na residência das referidas professoras, outras, no próprio Instituto de Educação; algumas marcadas pela tranquilidade, outras pelo agito do dia-a-dia. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas; optou-se por usar a gravação para maior fidelidade para com as expressões das entrevistadas. As lembranças foram acompanhadas de risos, versos, gestos, emoções e até mesmo por lágrimas. Muitas vezes as palavras fizeram as entrevistadas ver a realidade de um passado próximo. Quando se focaliza o passado, é como se estivéssemos colocando-nos entre dois espelhos, sendo um o do presente, colocado na frente do outro, o do passado, e ficamos localizados entre os dois, enxergando o ontem, vendo-nos pelas costas e re-significando os fatos e acontecimentos, tecendo uma história que tem a ver com o mundo, a época e o contexto de cada um (Dianin, 1998, p. 53).

Quanto ao roteiro das entrevistas, este foi direcionado a partir de alguns pontos de apoio para se tecer a história e o papel da Escola Normal no período analisado, porém procurou-se não somente ficar preso a tais pontos, deixando as lembranças aflorarem ao longo da conversa, *“durante as narrativas cada um foi se desembrulhando aos poucos, desencaixando suas emoções guardadas durante anos e raspando a tinta que ofuscava seus sentidos”* (*ibid*, p. 54). Entre os aspectos abordados nas entrevistas destacam-se: período e importância de estudar na escola; motivos da escolha pelo Curso Normal; processo de ingresso na escola; convivência das normalistas entre si e com os professores; recordações dos momentos na escola; o Curso Normal da Escola Normal de Juiz de Fora e o ingresso na carreira profissional.

As Escolas Normais tornaram-se ao longo dos anos um espaço de formação socialmente aceito, sendo responsável pela profissionalização de um grande número de mulheres. Vários foram os motivos que levavam as normalistas à escolha pelo Curso Normal: questões familiares, vocação, imposição, boa reputação da instituição, questões financeiras, entre outras. Entre as entrevistadas, percebeu-se que os motivos apresentados para a escolha encontravam-se entre aspectos referentes à situação econômica das famílias e à questão da aceitação social da profissão de professora.

A incorporação da mulher na função docente, muitas vezes, foi explicada como uma extensão das atividades femininas além dos limites domésticos. *“Cuidar de crianças, educá-las continuava a ser tarefa de mãe, portanto, nada melhor do que a mulher, mesmo solteira, para executá-la”* (Novaes, 1992, p. 103).

“Na nossa época, nós tínhamos duas opções: ou continuar doméstica, o casamento, ou então ser professora” (D. M. formada em 1949).

A possibilidade de ser professora e exercer uma profissão socialmente aceita garantia às mulheres a oportunidade de transcender o âmbito doméstico na busca de realizações e independência social e econômica. Assim as normalistas tornaram-se até mesmo “bons partidos” para os moços à procura de um casamento.

“E esse negócio do casamento da professora criou até uma classe que se chamou até pró-marido da professora. Isto ficou tão arraigado, que, no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, a Escola Normal no Rio de Janeiro, proibiu que as moças se casassem antes de formar.

As mulheres eram bons partidos porque seriam moças que iriam participar do orçamento em termos de dinheiro, do orçamento doméstico. Então criou-se até uma marcha no Rio de Janeiro, e essa marcha os rapazes de Juiz de Fora iam cantar para nós lá na Escola Normal, eles cantavam na rua para a gente escutar” (D. M.).

Além disso, sendo o magistério visto como um prolongamento das atividades domésticas e maternas, era a única profissão plenamente aceita pela sociedade para a mulher: dificilmente elas conseguiam exercer outra senão o magistério.

“Por exemplo, a Marli, o ideal dela era engenharia, mas me lembro que não podia falar em uma mulher engenheira, não tinha na época, não tinha condições” (D. A. C. formada em 1949).

Durante todo o período de formação profissional, percebeu-se que as representações das ex-normalistas foram marcadas por sentimentos de reciprocidades relatados pela boa convivência. As representações vivenciadas e construídas no espaço escolar revelam o cotidiano, e o estudo da vida cotidiana parte da perspectiva de que o homem está inteiramente inserido nela. Por ingressarem no curso normal ainda adolescentes, as normalistas desenvolveram, na cotidianidade do curso, o seu processo de “amadurecimento” social, cultural, físico e afetivo. Este amadurecimento para a assimilação da cotidianidade tem no espaço um ambiente privilegiado, tendo em vista um convívio com um grupo diversificado fora do núcleo familiar. A oportunidade de vivenciar papéis, novos valores, conhecer e reconhecer normas, padrões sociais e culturais possibilitam este processo de “amadurecimento” (Freitas. A. G, 1998, p.112).

Na convivência entre as normalistas, várias foram as amizades surgidas no curso normal e consolidadas ao longo dos anos.

“O convívio entre as colegas de turma era de muita amizade, muitas brincadeira, muitos passeios, ajuda mútua entre nós, sinceridade e principalmente muita alegria” (D. C.).

Apesar do rigor disciplinar da escola, pelo constante controle e postura dos diretores, professores e inspetores de sala, ao longo das conversas foram freqüentes as experiências coletivas vivenciadas pelas colegas de turmas, rompendo com as regras da Escola Normal por meio das fugas, das brincadeiras.

“Uma vez até, eu com um grupo de meninas da minha turma, ficamos com muito medo de um professor porque ele ia fazer argüição; resolvemos matar aula no terraço da Escola Normal e nos acharam e nos levaram para o diretor, era um escândalo nós choramos toda vida(...)” (D. S.).

Foram várias as recordações referentes às festas, formaturas, cerimônias, excursões, participações esportivas e nos corais, lembradas pelas ex-normalistas em convívio com as colegas de turmas e com as outras colegas da escola.

“Recordo também das festas juninas por turno, que fazíamos, sendo que a metade da quadrilha era de meninas que vestiam de homem. A Semana da Normalista era muito comemorada com painéis, teatro, coral” (D. C.).

Quanto ao convívio das normalistas com os professores, o aspecto principal observado foi o respeito, não deixando de prevalecer também a amizade e afetividade em alguns momentos.

“Os professores daquela época tinham uma relação de amizade com a gente, nos encaravam como filhas... só tinha moças” (D. L.).

Entre as recordações referentes ao corpo docente da escola, este era considerado muito bem qualificado e sobretudo competente. Os professores eram vistos como “modelos”, competentes, com um alto nível de conhecimento e uma postura pedagógica invejável. Vários foram os nomes lembrados com carinho e saudades pelas ex-normalistas.

Um dado interessante também destacado em relação à competência atribuída aos professores foi o fato de substituírem aulas vagas independentemente da matéria a ser lecionada:

“Por exemplo, o meu avô, quando ele foi secretário da Escola Normal, qualquer professor que faltasse ele ia lá na turma e dava aula, porque o professor tinha condição, hoje, você vê, um professor de matemática é capaz de não saber dar aula de Português, ou de Português não saber dar aula de Matemática, porque o professor ficou segmentado, então a gente sabia que aquelas pessoas eram pessoas cultas, de um nível de conhecimento mais elevado” (D. S.).

A congregação da Escola Normal era constituída por professores que, na sua maioria, davam aulas em outros estabelecimentos de ensino ou possuíam outras profissões como escritores, jornalistas, médicos, dentistas, farmacêuticos, advogados, engenheiros, ou funcionários públicos. Entre os professores quatro foram membros da Associação Mineira de Letras desde a sua fundação. Não foi possível resgatar a biografia de todos os professores fundadores que fizeram parte da Congregação da Escola Normal, mas por meio dos dados referentes de alguns desses membros, foi possível perceber que eles pertenciam à intelectualidade de Juiz de Fora: eram profissionais e homens de letras, de diferentes origens e perfis intelectuais, a maioria deles participaram ativamente como redatores ou colaboradores de vários jornais da cidade.

No geral, o corpo docente da Escola Normal foi constituído por professores de prestígio, considerados de alta qualidade e lembrados com saudosismo pelos que passaram pela escola.

Apesar dos problemas enfrentados ao longo dos anos pelo Curso Normal referentes ao currículo, formação, nível, duração, corpo docente, entre outros, a maioria das normalistas consideraram que foram bem formadas, tecendo elogios ao longo das entrevistas quanto ao curso e à formação recebidas pela escola:

“O curso era formado de dois anos de adaptação, três anos de normal e dois de aplicação: eram sete anos. A gente entrava mediante um teste, agora desde o primeiro ano de adaptação, tudo o que se aprendia já era ensinado para ensinar, era direcionado à educação, nós não aprendíamos como se aprende hoje. Então desde o primeiro ano, já ia aprendendo para ensinar. Por isso que os professores saíam excelentes professores. Só para você fazer uma idéia, quase quarenta anos depois, eu respondendo uma pergunta num vestibular da Universidade Federal de Juiz de Fora, eu ainda respondi coisa que eu lembrei da Escola Normal, da física que eu aprendi, nós tínhamos química e física” (D. M.).

Quanto à carreira profissional, a princípio todas que fizeram o curso normal dirigiram-se inicialmente para o magistério. Segundo informações das ex-normalistas algumas se casaram, outras deixaram de exercer a profissão, tornando-se funcionárias públicas, mas as que optaram pelo magistério fizeram-no até a aposentadoria. Todas buscaram cursos de aperfeiçoamento, especializações ou até mesmo a Faculdade para a ascensão na carreira, além de aperfeiçoar seus conhecimentos e conseguir uma certa independência econômica e social.

“Só estudei e tudo o que eu fiz na minha vida foi na área de educação. Depois de formada, primeiro fui para a Fazenda do Rosário que eu considero assim que foi uma grande coisa em minha vida, porque, na Fazenda do Rosário, com Helena Antipoff e que também na época ela levava para a Fazenda do Rosário os melhores professores de Belo Horizonte, foi um curso marcante na minha vida. A gente fazia o curso um ano para trabalhar na Escola Rural, como orientadora, depois eu fiz Administração Escolar na Escola Normal, depois eu fiz Pedagogia na Universidade, mas aí para mim já não teve sentido porque o curso da Universidade tinha um nível muito, vamos dizer assim, abaixo dos que eu já havia feito, mas eu fiz porque diziam que era melhor fazer para ter um diploma de curso superior. O curso de Administração Escolar era muito bom não era um curso assim de muita gente não, era um curso muito apertado e a gente tinha que estudar de verdade para vencer, depois eu fui trabalhar na Escola Anexa onde me aposentei como diretora” (D. S.).

Ao longo das entrevistas, as emoções, as saudades, as molecagens, as brincadeiras, os medos, os ansiosos e os bons e maus momentos foram aflorando-se e a história de uma instituição de ensino foi constituindo-se, uma história repleta de momentos que marcaram época e vidas de ex-normalistas, que iniciaram suas carreiras profissionais nos bancos da escola à procura de um êxito social e econômico.

Considerações Finais

A Escola Normal de Juiz de Fora, a princípio, era destinada exclusivamente ao sexo feminino, sendo aberta ao sexo masculino somente em 1948, com a introdução do secundário noturno instalado na Escola Normal. Pelas entrevistas feitas com ex-normalistas, observou-se que a maioria das candidatas ao normal eram oriundas da classe média baixa, muitas procuravam a escola por motivos financeiros ou mesmo por não possuírem outra opção.

O magistério era uma profissão socialmente aceita, garantindo às mulheres uma oportunidade de ir além do âmbito doméstico, buscando uma independência social e econômica.

Ao analisar as entrevistas, percebeu-se que as normalistas conseguiram, transcender essa esfera doméstica conseguindo a partir do magistério, exercer várias profissões dentro e fora do âmbito educacional. Algumas se casaram, tiveram filhos, mas não deixaram de exercer uma profissão, procuraram ao longo dos anos, cursos de aperfeiçoamento, cursos de especialização e até mesmo cursos superiores, conseguindo uma ascensão na carreira profissional e uma relativa independência social e econômica.

Das representações quanto ao corpo docente da escola sobressaíram sentimentos de respeito, amizade e afetividade, acopladas pela admiração e pela qualificação identificada por meio da competência, da postura pedagógica e pelo domínio do conhecimento. Os professores qualificados eram pertencentes à “intelectualidade juiz-forana”; muitos, além de professores, eram também médicos, farmacêuticos, dentistas, advogados, funcionários públicos, jornalistas, escritores e alguns pertencentes à Academia Mineira de Letras.

Pelos depoimentos das ex-normalistas, percebeu-se que os anos de convívio na escola marcaram suas vidas, suas recordações voltam-se ao relacionamento de amizades com as companheiras de turmas e com os professores e funcionários da escola. Foram constantes os elogios ao curso fornecido pela escola, assim como à qualidade do nível do ensino e do corpo docente. Muitas foram as brincadeiras, fugas, festas, cerimônias, formaturas, bailes e passeios que fizeram parte da história das ex-normalistas e que constituíram a trajetória da Escola Normal.

Assim destaca-se a importância da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora, no período analisado, como uma instituição responsável pela possibilidade de ampliação da escolaridade das mulheres juiz-foranas e a garantia da formação necessária para o exercício do magistério.

Desvendar parte da história da Escola Normal Oficial de Juiz de Fora por meio de memórias foi o objetivo deste trabalho. Hoje, percorrendo o passado e olhando o presente, percebe-se que a situação não é mais a mesma; observa-se que o desprestígio tomou conta da escola: uma instituição que marcou época, ficando registrada na história e na cultura de Juiz de Fora. Espera-se que um dia ela volte à sua função de formadora de profissionais da educação, seja como Instituto Superior de Educação ou não, mas que guarde marcadas em suas raízes as recordações, memórias e momentos vividos que a tornaram referência para os professores e alunos que dela fizeram parte.

Referência Bibliográfica

- AZEVEDO, Fernando de.(1971). *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/ EDUSP.
- BOSSI, Ecléa.(1994). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das letras.
- CARNEIRO, Moacir Alves.(1998). *LDB Fácil: leitura crítica compreensiva artigo a artigo*. Petrópolis: Vozes.
- CHAGAS, Valnir.(1978). *Educação Brasileira: o ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: Saraiva.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira.(1994). *A “Europa dos Pobres” a Belle-Époque Mineira*, Juiz de Fora: EDUFJF.
- DIANIN, Adiléa Freire.(1998). Buscando na memória a história em palavras ou palavras em histórias In FREITAS, Maria Teresa de Assunção. (org) *Narrativas de Professores: pesquisando leitura e escrita numa perspectiva sócio-histórica*. Rio de Janeiro: Ravil.
- ENÉAS, Zilá Simas.(1997). *Era uma vez no Instituto de Educação*. Rio de Janeiro: Zilá Simas Enéas.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org)(1999). “Fonte para a história da educação em Minas Gerais no século XIX” In: *Revista Educação em Foco*. Juiz de Fora: Editora UFJF V. 04, n.º 1.
- Ferreira, Vanda Panisset Pedreira.(2000). *Antigo Presídio*. Jornal Tribunal de Minas, Juiz de Fora, 25 de julho.
- FRANÇA, Creusa Cavalcanti.(1997). Perfil do Instituto Estadual de Educação de Juiz de Fora In *Memorial Literário*, Juiz de Fora: Edições “O Lume”.
- FREITAS, A.G. Bueno de.(1998). “Vestidas de Azul e Branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950)”. In: *Atas do II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*. Volume 1, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- FREITAS, M. T. de Assunção.(1998) (org) *Narrativas de Professores: pesquisando leitura e escrita numa perspectiva sócio-histórica*. Rio de Janeiro: Ravil.
- GATTI, Bernadete.(1997). *Formação de Professores e Carreira*. Campinas: Autores Associados.
- Jornal Gazeta Comercial.(1928). *A Escola Normal*. Juiz de Fora, 23 de março.
- Jornal Gazeta Comercial.(1928). *A Escola Normal*. Juiz de Fora, 24 de março.
- Jornal Minas Gerais.(1928). *Decreto 8.245*. Belo Horizonte, 19 de fevereiro.
- Jornal Minas Gerais.(1965). *Departamento de Ensino Superior*. Belo Horizonte, 10 de novembro.
- Jornal Minas Gerais.(1928). *Regulamento do Ensino Normal*.Belo Horizonte, 21 de janeiro.

- LESSA, Jair.(1985). *Juiz de Fora e seus pioneiros (do caminho novo à proclamação)*. Juiz de Fora: UFJF 25 anos.
- MIGNOT, Ana Christina Venâncio.(1997). Relíquias de Professora: a singularidade de uma trajetória na trama de histórias. In FRANCO, Creso, KRAMER Sonia (org) *Pesquisa e educação: história, escola e formação de professores*. Rio de Janeiro: Ravil.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. Francisco Luis da Silva Campos.(1999). In FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque, BRITTO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores: da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep.
- MOURÃO.(1962). *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa.(1959). *O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais.
- NAGLE, Jorge.(1929). *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC.
- NÓBREGA, (org.)(1982). *Prosadores. Coletânea Volume I Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage.
- Novaes, Maria Eliana.(1992). *Professora primária: Mestra ou tia*. São Paulo: Cortez.
- OLIVEIRA, Paulino de.(1966). *História de Juiz de Fora*. 2. Ed. Juiz de Fora: Composto e Impresso pela Gráfica Comércio e Indústria Ltda.
- PEIXOTO, Anamaria Casassanta.(1983). *Educação no Brasil Anos Vinte*. São Paulo: Ed. Loyola.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos.(1995). *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. Campinas: Autores Associados.
- RODRIGUES, José Honório.(1986). A liberdade de informação e de Pesquisa. In *Tempo e Sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira.(1984). *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes.
- TANURI, Leonor Maria.(2000). História da Formação de Professores. In *Revista Brasileira de Educação: 500 anos de Educação*. Editores Associados, n. 14, mai/jun/jul/agos.
- TEIXEIRA, Anísio.(1997). *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- VIEIRA, Maria do Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha, KHOURY, Yara Maria Aun.(1989). *A Pesquisa em História*. São Paulo: Editora Ática.
- VILLELA.(1998). A Escola Normal de Niterói sob a Direção de Alambary: a pedagogia tradicional era mesmo tradicional? In: *Atas do II Congresso Luso-brasileiro de História da Educação*. Volume 1. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- VILLELA, Heloísa de O. S.(1992). A primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (org.). *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez Editora, p.17-42.
- YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes.(1999). *As Origens da Universidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Recebido em Fevereiro de 2004
Aprovado em Abril de 2004

O PROGRES

Orgão Independente, noticioso e literário

ANNO VIII

Uberabinha, 20 de Dezembro de 1915

A RELEIÇÃO E O NOSSO TEMPO

Claro é verdade que a realidade política é a mais de todos os tempos. Mas de todos os tempos também é a mais de todos os tempos. A realidade política é a mais de todos os tempos. Mas de todos os tempos também é a mais de todos os tempos. A realidade política é a mais de todos os tempos. Mas de todos os tempos também é a mais de todos os tempos.

CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO

República e Imprensa

As influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honorio Guimarães

UBERABINHA-MG 1905-1922



EDUFU